

Breve Revisão dos Ciclos

Acrescido de Percepções dos Professores

1. O método das ciências tem importantes limitações. O método científico não prova nada! Ele só indica, por meio do teste das hipóteses derivadas das suas teorias, que elas explicam os fenômenos do mundo real; esta aderência dos testes é estabelecida por critérios estatísticos, que utilizam probabilidades pequenas de que os fatos observados (e medidos), ocorram somente por acaso. O teste em si não tem poder conclusivo. No entanto, é preciso ficar claro que, mesmo reconhecendo esta importante limitação do método das ciências, ele tem permitido um enorme conhecimento humano dos fenômenos do mundo como ele é, embora não seja adequado para dizer como o mundo deveria ser!

2. É preciso sempre lembrar que, pela estrutura do seu método, a ciência não serve para indicar como as coisas do mundo devem ser. Esta é a seara das doutrinas, ideologias e/ou políticas. Por outro lado, estes ramos do conhecimento humano que se propõe a sugerir como as coisas do mundo devem ser, precisam levar em consideração o atual estado das artes do conhecimento científico, que indica nossa percepção de como o mundo é. Isto deveria impedir os “sonhadores” de construir soluções fundadas em pressupostos que o conhecimento científico está mostrando serem irrealistas.

3. Dentre os fatores primários de produção, (i) trabalho, capitais (ii) físicos e (iii) financeiros e (iv) recursos naturais, o (v) recurso empresarial – a disposição das pessoas de incorrer em riscos para organizar e estimular a produção de bens e serviços – é, definitivamente, a mais importante! Por isso, as economias não podem funcionar somente com funcionários, como o chamado socialismo real que insistiu em funcionar, por décadas em alguns países (Cuba, Coreia do Norte, Venezuela e outros poucos remanescentes) que só conseguiram produzir fomes e baixos níveis de consumo. A capacidade de explicitar as estratégias sobre o uso de seus patrimônios e negócios no atingimento de objetivos de longo prazo de empresas e/ou famílias é uma das limitações maiores no desenvolvimento da capacidade empreendedora dos empresários do agro.

4. Assim como não existe um método aceito que mostre como produzir empresários, não há uma literatura reconhecida que mostre formas de desenvolver competências de lideranças nas pessoas. Da mesma forma que a Ciência da Administração tenta analisar casos, a promoção, ou empoderamento, de líderes comunitários pede que seus pretendentes atuem, efetivamente, em suas comunidades, exercendo a função de líderes capazes de mobilizar fatores, especialmente recursos humanos, além dos demais, na implementação de soluções que podem contribuir para a resolução de problema(s) sentido(s)/diagnosticado(s) por algum grupo social. Ao mobilizar os recursos humanos para escrever e implantar um projeto associativo de investimento de capitais o participante do LIDERMSIV está, de fato, aprendendo a liderar!

5. Destacamos a análise sobre a situação política do país apresentada, em meados de 2022, por Nilson Leitão, Presidente do Instituto Pensar Agro e também Consultor da CNA. Sua análise foi, fundamentalmente, conjuntural, oportunidade em que ele adiantou elementos analíticos que indicavam a possibilidade do PT ganhar a eleição para a Presidência da República. Ora,

sabemos desde o início da chamada primeira república brasileira, em 1889, que copiamos parcialmente o sistema/processo político dos Estados Unidos da América, criado por um punhado de estudiosos e pragmáticos líderes – os *Founding Fathers* – e que tem se mostrado serem formas de organizações sociais duradouras e verdadeiramente democráticas. O problema está na estratégia brasileira de copiar parcialmente, deixando de lado instituições fundamentais para que o sistema/processo funcione a contento. Optamos por um regime presidencialista com o Presidente da República chefiando o Poder Executivo Federal, um sistema bicameral de representação no Legislativo e um Poder Judiciário independente que se legitimisa pela indicação de membros das cortes pelo Executivo e pelo crivo do Legislativo.

6. Algumas aberrações no nosso sistema político, devido à cópia parcial do americano e às modificações feitas, podem ser mostradas: (i) apesar da justificativa da existência do sistema bicameral de representação legislativa - a existência do Senado Federal para evitar o domínio das decisões do legislativo pelos estados mais populosos – os limites arbitrariamente impostos às representações estaduais na Câmara dos Deputados do Brasil, produz um enorme desbalanço nas exigências de votos para a eleição de deputados federais nos diferentes estados. Isto penaliza a representação proporcional dos estados mais populosos e privilegia os menos populosos, apesar do Senado Federal existir exatamente para corrigir estes pesos relativos. (ii) um outro e, talvez mais sério problema, o controle do eleito por seus eleitores foi, no Brasil, praticamente eliminado pela ausência do voto distrital. Como os votos para a Câmara dos Deputados estão dispersos em todo o estado, os eleitores não têm a mínima ideia sobre quem seu voto acabou elegendo. Isto é altamente conveniente para os eleitos; eles não precisam prestar conta a seus eleitores sobre sua atuação! Somente uma pequena parte dos 513 Deputados Federais do Brasil (+ ou – 5%) foram eleitos com seus próprios votos. Assim, como os eleitores não sabem quem elegeram, eles – os eleitos - podem vender seus votos ao chefe do Executivo em troca de cargos nas empresas estatais para membros de sua família e/ou para membros de seu grupo de interesse particular, de cargos nas instituições do executivo que comandam polpudos orçamentos, ou em troca de emendas orçamentais de uso arbitrário de recursos públicos a serem utilizados, praticamente sem fiscalização, por seu grupo de interesse. Tudo feito pelo eleito sem que os eleitores saibam quem o elegeu! Esta relação entre eleito e eleitor só consegue se estabelecer em congressos escolhidos por meio do voto distrital; onde ele existe, os eleitores sabem quem o seu voto elegeu e cobram dele – o eleito – atitudes condizentes com suas expectativas.

7. No Brasil, o grande número de empresas estatais dá ao chefe do executivo um instrumento adicional poderosíssimo de barganha econômica na compra de suporte político no parlamento, criando uma relação perversa de interesses pessoais entre o Executivo e o Legislativo. Por outro lado, a pulverização partidária e a ausência do voto distrital permitem ao eleito ser o dono efetivo de seu cargo. Assim, uma relação perversa tende a se estabelecer, com o Executivo tendo que estender benesses aos parlamentares e aos grupos de interesses deles, para comprar o apoio político necessário às suas ações ou iniciativas e para impedir que seja “impedido” (por impeachment) pelo parlamento. Os

membros do congresso, por sua vez, continuam legislando em benefício próprio, retirando do Executivo o poder de decisão orçamentária.

8. O congresso cada dia manda mais – como indicou Nilson Leitão – e o futuro Presidente da República dependerá, cada vez mais, dos humores do congresso, que deverá continuar agindo como tem feito até aqui, vendendo seu apoio em troca de cargos que permitem mais ou menos corrupção no uso dos recursos públicos. O que pode ser feito para que seja evitado o comportamento perverso do nosso atual congresso? Em primeiro lugar, surge a atitude “naive” de se esperar que os políticos mudem seus comportamentos e, como num passe de mágica, passem a priorizar o interesse da população em vez do seu próprio interesse. O voto distrital é um instituto fundamental na manutenção da vigilância pelo eleitor sobre as ações e iniciativas dos eleitos. Por isso, ele é utilizado na grande maioria dos países onde a democracia efetivamente funciona. No Brasil, os deputados não querem saber do voto distrital porque eles teriam que prestar contas de suas ações e iniciativas aos eleitores de seu distrito, e ninguém quer perder poder.

9. A moderna geopolítica está mostrando que o socialismo real está em franca decadência no mundo atual e as poucas economias que o utilizam estão produzindo fome e migrações de suas populações para outros países: Venezuela, Coreia do Norte, Cuba e Nicarágua são exemplos destas economias em extinção. A forma capitalista de organização econômica está se tornando hegemônica e já é responsável por quase todo o PIB mundial. A diferença está na organização política das sociedades. Parece que o mundo está se polarizando com base em um novo paradigma: em vez do socialismo versus capitalismo, uma nova geopolítica separa os países em “capitalismo político” versus “capitalismo meritocrático” para usar a nomenclatura sugerida por Branko Milanovic em seu livro *Capitalism Alone*.

10. O principal bloco asiático, que inclui China, Rússia, Vietnã, Singapura, Turquia e mesmo alguns países do leste europeu como Hungria e Polônia, forma o típico grupo do capitalismo político. Os demais países da Europa e da América do Norte são exemplos de membros do capitalismo meritocrático.

11. Fomos alertados para o fato de os interesses nacionais sempre prevalecerem sob o discurso de que nas relações internacionais procuram-se nobres propósitos. Por outro lado, a Guerra Ucrânia-Rússia está mostrando que o grupo dos países do capitalismo meritocrático se uniu no nobre propósito de defender um princípio básico da convivência liberal ao não aceitar o uso da força, pela Rússia, no (re)desenho de suas fronteiras nacionais.

12. O conceito de “Segurança Nacional” vai muito além do conceito de Defesa Nacional. De fato, a Defesa Nacional é uma das dimensões da Segurança Nacional. A Nação precisa ter claro suas estratégias de Segurança Nacional que incluem segurança alimentar, segurança educacional, ..., ambiental e muitas outras dimensões das nossas escolhas políticas. A explicitação das estratégias de Segurança Nacional deveria ser, desta forma, uma empreitada destinada a mobilizar, por meio de todas as instituições da sociedade, o conjunto da população do País.

13. De fato, a Amazônia está sendo entregue ao tráfico e ao crime organizado, além de a outros objetivos internacionais, por meio de ONGs e outras organizações que respondem aos interesses de outras nações e/ou grupos.

14. Uma importante escolha, ou alinhamento estratégico, está batendo às portas, ou exigindo algumas definições das nações da América Latina. Apesar da China – o principal expoente do bloco dos países do capitalismo político – ser o principal parceiro econômico desses países, a característica geográfica de pertencimento ao bloco ocidental das suas nações, cujas opções são, histórica e etnicamente, parte do mundo ocidental, faz com que os países desta parte do mundo tenham que conduzir suas políticas de comércio e demais relações internacionais de forma a garantir os interesses explicitados nas suas estratégias de segurança nacional. Infelizmente, poucos países deste bloco têm seus planos estratégicos de segurança nacional claramente explicitados o que dificulta a mobilização de suas populações para exigirem atuações específicas de seus dirigentes políticos.

15. Renato Roscoe nos mostrou, em sua apresentação sobre os componentes da Estratégia ESG de Negócios que, além dela ser, de fato, uma excelente oportunidade para as unidades produtivas do agronegócio, suas lideranças têm que ficar atentas à “pegadinha” que os nossos concorrentes internacionais estão pressionando para cairmos nela. Qual é a pegadinha? O Código Florestal Brasileiro já estipula que 80% das áreas das propriedades rurais da região Amazônica deve ser mantida com sua vegetação nativa. Por outro lado, as regras dos “Fundos Internacionais de Créditos de Carbono” não permitem pleitos de remuneração ao que legalmente precisa ser preservado. Assim, se o Brasil legalmente adotar uma política de desmatamento zero na Amazônia, impedindo o aproveitamento, atualmente legalizado de 20% da área das propriedades, os agricultores perderão o direito de serem recompensados pela manutenção destas áreas com sua vegetação nativa. Não poderão pleitear o correspondente crédito de carbono pelas oportunidades perdidas de exploração daquelas áreas.

16. Foi indicado, ainda durante um ciclo, um aspecto cultural profundamente arraigado nas descrições históricas da sociedade brasileira que surgiu como consequência de visões influenciadas pelo pensamento marxista, que ganhou força com a criação, na década dos anos vinte do século passado, do Partido Comunista Brasileiro. Segundo aquela visão, a exploração do trabalhador se dá, nas economias capitalistas, pelo mecanismo da mais valia. Para os marxistas, toda a renda nacional que, na visão daquela doutrina, deveria ser apropriada pelos trabalhadores, nas economias de mercado, tem uma parte importante expropriada pelos capitalistas que recebem os lucros, aluguéis, arrendamentos e juros. Ora, como a principal atividade econômica naquelas épocas era a agricultura, os marxistas tinham que “explicar” ou descrever a exploração do trabalhador a partir da posse dos demais fatores de produção além da força de trabalho, especialmente pela posse da terra. Por isto, a importância dada ao conceito de latifúndio, de autores como o historiador Caio Prado Junior que marcou profundamente nossas descrições da formação da nação brasileira.

17. O Dr. Pedro Augusto mostrou, muito claramente, os objetivos perseguidos com a legislação que deveria estar sendo implantada nos currículos da educação básica brasileira, mas que, infelizmente, por razões do aparente desmanche que

o atual governo federal está tentando realizar em todo arcabouço legal feito desde a queda do Lulopetismo em 2016, está ameaçado em sua viabilização.

18. O jornalista americano H.L. Mencken, diz que “*every complex problem has a solution which is simple, direct, plausible —and wrong*” o que parece apropriado para entendermos um fenômeno que periodicamente se disponibiliza para nossas unidades produtivas da agricultura. Quando alguma nova tecnologia é visualizada e abre perspectivas de mostrar-se viável surgem, imediatamente, inúmeros aproveitadores vendendo-as como se fossem já testadas e aprovadas. Ora, o impacto tecnológico fundado em sólidas bases científicas que caracterizou a revolução da agricultura tropical do Brasil, foi possível graças a uma eficiente rede de experimentação e pesquisas que se consolidou no País e que deve continuar a prestar seus inúmeros serviços aos agricultores nacionais. Os solos tropicais são, em geral, pobres quando comparados aos dos países temperados, devido à ação milenar de intempéries que tendem a degradá-los pela lixiviação e/ou a tornar os necessários elementos químicos indisponível aos sistemas radiculares das plantas. Com a tecnologia da remineralização dos solos está acontecendo, novamente, o fenômeno mencionado. Seu uso estendido requer, ainda, muita pesquisa de campo antes de poder ser sugerida para muitos solos dos diferentes biomas nacionais.

19. Carlos Eduardo Cerri, com a simplicidade típica do grande cientista que é, explicou, passo a passo, como a ação humana tem, com alta probabilidade de acerto, sido acusada de estar interferindo no clima da terra, causando danos de difícil previsão e mensuração. Como enfatizado pelos três cientistas (Ruy Caldas e Hermes Pistori, além do Dr. Cerri) toda tecnologia pode ser bem ou mal utilizada pelos homens. É fundamental que as sociedades conheçam os possíveis efeitos de seus usos – da Inteligência Artificial, do incremento de gases de efeito estufa na atmosfera, e das tecnologias de recombinação genética de plantas e animais - para não dificultar, ou mesmo impossibilitar, a vida humana na terra!

20. Um dos palestrantes convidados para um ciclo, sugeriu que os objetivos de rentabilidade do negócio familiar deve ter peso igual aos objetivos de longo prazo, ou propósitos da família, no processo de encaminhamento da sucessão nas empresas familiares. O enfoque que os professores do LIDERMS adotam, em seu livro “*Elaboração e Análise de Projetos: a tríade família, patrimônio e negócio*”, ao contrário do que o palestrante afirma, privilegiam os objetivos de longo prazo, ou propósitos, da família na hierarquia que mostra a importância dos propósitos familiares na condução dos negócios familiares. Os professores alegam que seu estudo reflete mais de trinta anos de observações objetivas de campo, em trabalhos com famílias do Paraná e de diversos estados do Brasil.

21. A análise de algumas sugestões de estratégias a serem adotadas em sucessões familiares mostra, claramente, que são sugestões típicas de chavões administrativos, as quais contribuem pouco para as gestões de casos específicos. De novo, apesar dos alertas feitos pelos professores do programa, informações erradas do tipo “blindar o patrimônio”, são recorrentemente apresentadas. Elas refletem o fato de muitos advogados inescrupulosos estarem vendendo, em diversas partes do País, acessórias enganosas a clientes desavisados.

22. As Dras. Libera Copetti e Silmara Amarilla mostraram como é falaciosa a propaganda de muitos advogados que alegam estarem blindando os patrimônios das famílias dos empresários do agro com seus serviços. Infelizmente, em geral há um considerável lapso de tempo entre as ações sugeridas por estes maus profissionais e as consequências perversas para as famílias dos empresários do agro quando constatam que a pretendida blindagem não é efetiva. Como, em muitos casos, as consequências só serão sentidas quando eventos ligados à morte de algum dos patriarcas ou em casos de reclamações trabalhistas e outras ações ajuizadas por terceiros, a família se dá conta da má qualidade do serviço jurídico recebido, quando já é difícil e, às vezes, impossível conseguir serem devidamente ressarcidos.

23. A Professora Tereza Sadek, numa apresentação em que foram utilizados dados incontestes, mostrou a pobreza generalizada do Sistema Judiciário do Brasil. Um sistema hiperdesenvolvido em números e estrutura hierárquica, com alto grau de corporativismo e custando muito caro à Nação, especialmente quando comparado à qualidade dos serviços prestados pelos sistemas de outros países. Mostrou, comparando com o de outras nações, como o nosso é deficiente em legitimidade; pior ainda, o sistema está sendo utilizado para permitir que falhas dos outros dois poderes da República – o Legislativo e o Executivo – continuem sem utilizar as devidas soluções democráticas. Acima de tudo, o Judiciário está sendo ilegitimamente e mesmo inconstitucionalmente usado pelos outros dois poderes. Como exemplo deste uso indevido, pode-se citar o caso do Marco Zero de demarcação de terras indígenas que foi negado pelo Supremo Tribunal Federal – STF – em clara oposição à decisão do Legislativo de legalmente estabelecê-lo com início em 2008.

24. O Desembargador e Professor Claudio Godoy mostrou como a nossa constituição prevê atribuições excepcionais ao Poder Judiciário quando o Poder Legislativo não cumpre, adequadamente, os prazos e a elaboração de leis infraconstitucionais demandadas por ela. Ele afirma que nestes casos não procedem as acusações de ativismo do Judiciário!

25. Para fazer o Judiciário ser sensível aos interesses da população, em vez da atual sensibilidade principalmente aos interesses de sua corporação, sua legitimação precisa ser feita com alguma forma de submissão dos membros do Judiciário aos votos dos eleitores. Os membros do Ministério Público local poderiam ser eleitos pela população dos distritos ou, pelo menos, que a população possa recusá-los, ou tirá-los do ofício, em processos de “recall” iniciados em câmaras locais. Assim, eles olhariam mais os interesses das populações em vez de defender, quase sempre, os interesses de suas corporações, como fazem atualmente. Arranjos de “recall” podem ser feitos, como acontece no judiciário dos USA, com os juízes de 1ª e 2ª instância. Isto, certamente, aumentaria a característica de sensibilidade do Judiciário aos problemas das populações!

26. Fernando Peres iniciou sua apresentação sobre nossa estrutura política mostrando uma linha do tempo com suas indicações sobre os eventos políticos desde a Revolução de 1930 e mostrou estruturas politico-partidárias construídas por movimentos bastante conhecidos na literatura. Eles representaram as resultantes das interações do Getulismo/Tenentismo com sua práxis conhecida como Desenvolvimentismo, que caracterizaram um longo período onde prevaleceram maior ou menor grau de autoritarismo político e dominância dos

partidos PSD e PTB que lhes dava o correspondente suporte legal. A contestação inicial à prevalência do Tenentismo-Desenvolvimentismo Getulista foi tentada pelo partido representante de parte da intelectualidade jurídico-erudita do Partido da União Democrática Nacional – UDN (conhecido, na época, como partido dos advogados) - sem conseguir se impor, no entanto, exceto pela eleição e breve mandato do Presidente Jânio Quadros. A quebra do igualmente breve período democrático vivido pelo País desde 1945, foi seguida pela deposição do Presidente João Goulart com a instalação de um período autoritário onde generais do Exército se alternavam como presidentes, sempre eleitos indiretamente pelo Congresso. No período correspondente, que durou cerca de 20 anos, partidos foram criados de acordo com a orientação geral do governo militar. Inicialmente foi tentado o bipartidarismo – Arena (governamental) e MDB (partido das oposições) – que foi seguido, após a decretação da anistia política, por tentativas de recriar algumas das estruturas existentes antes de 1964. A enorme proliferação de novos partidos políticos foi apresentada a seguir pelo Professor Gilson Novaes.

27. O deputado federal Vander Loubet, do PT, passou a impressão de que seu partido, agora no poder, pretende repetir políticas micro e macroeconômicas que já tentaram no período 2007-2014 (segundo período de Lula e primeiro período Dilma Rousseff) o que levou o País à sua pior recessão em mais de um século. Como nosso congresso não responde às demandas da população, permitindo que seus membros possam “vender” seus votos em troca de cargos no executivo ou em estatais para seus apadrinhados, ou para eles próprios, ou mesmo em troca de emendas secretas dirigidas às suas bases, é provável que o Congresso permita a repetição daquelas políticas. Deve-se notar, como indicou o Professor Gilson Novaes, que a atual Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB-MS) declarou que o orçamento secreto, por conta de seu elevado volume e da facilidade para a realização de fraudes, pode ser “*o maior esquema de corrupção do planeta Terra*”.

28. Renato Roscoe, continuou suas apresentações sobre as estratégias ESG e mostrou ao grupo a imensa oportunidade perdida pelo Brasil de se firmar internacionalmente como a verdadeira potência ambiental que é, ao desperdiçar a chance de mostrar ao mundo, na COP 28 recentemente realizada nos Emirados Árabes Unidos, sua disposição de continuar sendo o líder mundial na geração e utilização de energias renováveis na sua economia. Na inconsequência e ambiguidade que caracteriza o discurso e ações do nosso atual Presidente da República o País acabou visto como mais um membro da OPEP, que abriga os garantidores da maior fonte mundial de energia fóssil, principal gerador de gases de efeito estufa que ameaça o clima da terra.

29. Os Drs. Marcos Kisil, Wilson Pollara e Carlos Del Nero mostraram a todos que o Brasil tem destinado recursos substanciais ao atendimento à saúde curativa de sua população, mas falhado nos investimentos que visam a manutenção das condições de saúde e à prevenção de doenças. Neste sentido, a Profa. Vania Guimarães compilou importantes dados, entre os mostrados por Marcos Kisil, que relatam estudos indicando que cada Real (R\$1,00) investido em saneamento básico reduz gastos em saúde curativa na ordem de R\$4,50. Quando consideramos que algumas das mais altas autoridades públicas do governo federal estão tentando manter o sistema de privilégios das empresas estatais que atuam na área de saneamento básico, em prejuízo da saudável concorrência privada necessária para atrair os capitais que o setor exige com

urgência, vemos que interesses político-partidários de curto prazo continuam prevalecendo em nossa sociedade. Sem a saudável concorrência das empresas privadas, as estatais podem continuar sendo usadas para fins de empreguismo, corrupção e poder político-partidário, mantendo a vergonhosa situação de ter mais da metade da população brasileira sem acesso a redes de coleta e tratamento de esgotos, enquanto alguns não têm sequer acesso a água de qualidade. Os estudos mostram que, no ritmo atual dos investimentos em saneamento básico brasileiro, as metas desenhadas para serem alcançadas no início da próxima década dos trinta, só serão atingidas em 170 anos.

30. O Dr. Pollara mostrou, muito claramente, a existência de fortes economias de escala nos processos de prestação de serviços médicos-hospitalares-ambulatoriais pelo sistema SUS às diferentes comunidades. Isto tem implicações políticas muito sérias, o que impacta diretamente a atuação das lideranças locais em quaisquer agrupamentos de pessoas. O sistema foi bem concebido no seu modo de incluir lideranças locais nos conselhos de saúde! A omissão destas lideranças locais – recado direto aos participantes do LIDERMSIV – tem permitido aos prefeitos nomearem somente seus apadrinhados e amigos para comporem os conselhos. Além disso, atitudes político-partidárias mesquinhas de lideranças locais os levam a usar investimentos em hospitais e unidades de saúde superdimensionadas para determinadas condições com objetivos claramente eleitoreiros.

31. O teste PISA da OCDE tem indicado que o sistema educacional público brasileiro apresenta sérias deficiências na formação pré-escolar e fundamental de seus jovens. O Ministério da Educação está, fundamentalmente, dedicado a destinar recursos para a formação no nível terciário, convivendo com uma população que apresenta graus preocupantes de analfabetismo funcional e de baixa capacidade de entendimento e elaboração de estruturas lógicas e analíticas, além de mostrar pobres conhecimentos científicos. Com honrosas exceções, o subsistema que melhor tem respondido às reais demandas do País corresponde ao formado pelas escolas privadas que, em geral, não está ao alcance da maioria da população.

32. O sistema educacional de nível terciário brasileiro, com predominante influência do pensamento jurídico e prestigiando uma formação discursiva e indicativa de alta erudição, em prejuízo da sua aplicabilidade à melhoria da qualidade de vida da população, enfatiza somente a transmissão do conhecimento, deixando de lado o desenvolvimento das correspondentes e necessárias habilidades para sua transformação em trabalho útil.

33. Os agricultores brasileiros estão contribuindo sobremaneira para a sustentabilidade da capacidade humana de manter elevados números populacionais na terra, por meio da recuperação da enorme área do Cerrado que a natureza degradou ao longo de milênios. O Cerrado do Brasil caracteriza-se por solos geologicamente antigos que perderam suas fertilidades iniciais por efeitos de erosões, das chuvas produzindo lixiviações e de outras intempéries; os agricultores brasileiros estão recuperando, com conhecimento científico e competência empresarial, uma enorme capacidade produtiva que servirá à atual e a futuras gerações por meio de nova e poderosa capacidade de produção de alimentos, fibras e energias renováveis.

34. A agricultura brasileira tem sido fortemente penalizada na comercialização internacional de seus produtos pela leniência de nossos governos com as queimadas ilegais na Amazônia. A deficiência na efetiva atuação policial coibidora deste tipo de crime – cometido, principalmente por madeireiras, grileiros e garimpeiros – está permitindo a nossos concorrentes externos usar o fato como barreira não tarifária no comércio internacional dos produtos de nosso agronegócio. Além de melhorar efetivamente sua atuação policial, o País precisa oferecer alternativas aos pequenos produtores e ribeirinhos que, por falta de legalização de suas glebas, ou posses, e por deficiências em seus estoques de capital humano, especialmente de competência técnica, usam as cinzas de queimadas como fertilizadores de seus solos e como elementos auxiliares no controle de ervas daninhas.